

Tempo quente o tempo todo. O primeiro semestre de 2026 chega ao fim com prenúncios de que as coisas vão esquentar – tanto em sentido metafórico, quanto literalmente. Se antes já estava claro que não seria pacífica a reorganização do que algum dia se chamou *ordem* internacional – como demonstravam as guerras comerciais, em que se esgrimem tarifas e barreiras a exportações como armas; mas também as guerras propriamente ditas, como o conflito entre Rússia e Ucrânia e o genocídio em Gaza –, nos últimos meses foi dado mais um giro no parafuso. O ano se iniciou com as notícias do sequestro de Nicolás Maduro e sua esposa, em pleno solo venezuelano, sem qualquer simulacro de respeito às leis internacionais, à diplomacia ou à opinião pública. Mas o atentado desse de 2 de janeiro foi só um primeiro gesto, em um semestre repleto deles, dos quais os mais emblemáticos (ao lado do já relatado) seriam: o criminoso bloqueio energético à Cuba e os ataques armados ao Irã.

Quando olhamos o mapa dos conflitos, temos a estranha sensação de que nunca tivemos ao mesmo tempo tão perto e tão longe da “guerra fria”. É fácil pensar nas semelhanças, basta olhar onde o tempo está esquentando – os já citados Venezuela, Cuba e Irã, além de Rússia e Ucrânia que um dia compuseram grande parte do que fora a União Soviética; a trajetória ascendente dos orçamentos “de defesa” mundo afora; as reações, abertas ou veladas, de Estados Unidos e China diante dos impasses atuais. Difícil é pensar que no atual cenário não se encontra em parte alguma a rivalidade entre *sistemas socioeconômicos*, ao menos pretensamente alternativos. Não está em parte alguma a palavra “comunismo” – a não ser para aqueles que continuam a apostar numa longa transição chinesa, cada vez mais difíceis de encontrar.

A guerra, ou as guerras, cada vez mais quente(s) dos últimos meses, parecem indicar, portanto, apenas um novo momento das disputas imperialistas, refletindo, como sempre, muito mais do que a mera reestruturação geopolítica, mas os interesses de grandes capitais pelo controle de mercados, espaços de valorização e recursos materiais. Este último aspecto, nos permite, aliás, transitar àquele segundo sentido do “calor” a que nos remetemos no início deste editorial, o literal.

Diante do crescente consenso de que já vivemos os impactos do colapso climático, os aparatos ideológicos do capital continuam a alardear com entusiasmo os (tímidos) esforços presentes para uma transição energética, ao mesmo tempo em que as disputas imperialistas põem a nu a incompatibilidade entre o império do capital e qualquer iniciativa séria de reverter ou mesmo mitigar a destruição da natureza produzida por esse império. Saem “curiosamente” de cena as preocupações ambientais quando se trata de viabilizar novos investimentos que garantam o ímpeto expansivo do capital, quando se defendem os velhos interesses da indústria petrolífera ou quando se trata de garantir condições de exploração de recursos minerais críticos para a produção de microchips ou de água para resfriar mega-datacenters.

Enquanto isso, as últimas novas já dão como quase certa a formação de um super *El Niño* que promete elevar as temperaturas, amplificar os efeitos retroativos do aquecimento global e ocasionar novos eventos climáticos extremos ainda neste ano. No momento em que essas linhas são escritas, é verdade, a mais recente frente fria de junho deixa o tempo ameno¹ e a grande mídia corporativa celebra o cessar-fogo entre

¹ Como sintoma emblemático desse cenário convulsivo, no momento em que essas linhas escritas são revisadas, a Europa enfrenta uma impressionante onda de calor, com alertas vermelhos e suspensão de serviços públicos na Itália, Alemanha, Espanha e França (neste último, com mortes já registradas de ao menos três idosos e duas crianças).

Estados Unidos e Irã... tudo leva a crer, no entanto, que esse pode ser só o silêncio que precede o esporro.

Nesta edição (v. 14, n° 26), que conta com o apoio do CNPq, trazemos aos leitores oito artigos e duas notas críticas. Nossa seção de artigos se inicia com o trabalho de Bárbara Isabela Soares de Souza, onde a autora busca retomar a proposta de György Lukács de interpretar a obra de Karl Marx por seu caráter ontológico, de uma teoria social que oferece uma explicação para o ser social, e não apenas um método de investigação como sugere uma interpretação gnosiológica-epistemológica de seu pensamento. Assim, Soares de Souza retoma a trajetória intelectual marxiana até a publicação dos *Manuscritos econômico-filosóficos* em 1844, a fim de recuperar a processualidade de sua constituição intelectual e a inquietação que motivou o filósofo alemão ao enfrentamento de seu objeto de estudo: a compreensão do ser da sociabilidade que se erigia sob as ruínas da feudalidade.

O trabalho que se segue, de Paulo Henrique Furtado de Araujo, trata da articulação entre capital e tempo na sociedade do capital, a partir da interpretação da teoria crítica de Marx, feita por Moishe Postone. O autor propõe que esse enfoque permite esclarecer a força motriz constitutiva dos diversos padrões de acumulação de capital que marcaram épocas históricas da sociedade moderna, ofertando pistas para a adequada compreensão da crise estrutural do capital, que produz o presente colapso social e a barbárie em que vivemos.

Em seguida, Rafael B. Vieira faz uma interpretação histórica sobre o processo de construção da teoria crítica ao fascismo de Walter Benjamin. O autor pretende destacar a importância dos aspectos levantados ao longo do texto para uma teorização que se expressa em processo, atrelada aos fenômenos históricos sobre os quais se debruçava.

O quarto artigo, de autoria de Mateus C. M. de Albuquerque, por sua vez, discute a relevância de uma sociologia política marxista como abordagem teórico-metodológica para estudar as relações entre classe e Estado. O texto se propõe a resgatar a importância da tradição instrumentalista marxista para a análise das instituições políticas, em especial, o conceito de “Estado dual”, que considera tanto os aspectos estruturais do Estado capitalista quanto sua dimensão instrumental, permitindo analisar como grupos sociais específicos utilizam as instituições estatais.

Por seu turno, Leandro Galastri apresenta em seu trabalho uma discussão sobre o significado do conceito gramsciano de classes e grupos subalternos e sua utilização pelos pesquisadores indianos dos *Subaltern Studies*, Ranajit Guha e Gayatri C. Spivak.

Em seguida, o artigo de Ian Horta tem como objetivo defender a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro e criticar a interpretação de que esta é a causa da crise para Marx. Para tanto, o autor busca entender o que significa “lei” em Marx e seu caráter tendencial a partir do debate que ocorreu no ano de 2013 no blog da *Monthly Review*, demonstrando como os participantes desse debate estão equivocados, na medida em que tomam a lei como de caráter empírico ou lógico.

O penúltimo artigo desta edição, de autoria de Francisco Luiz de Andrade Neto, traz a questão da financeirização e propõe a sua interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência, identificando uma lacuna no tratamento deste tema nesta corrente de pensamento. Através de uma revisão sistemática de literatura, o autor aponta como resultados da síntese o estabelecimento de uma nova fase da dependência a partir da financeirização dos países periféricos nas décadas de 1980 e 1990. Esse processo reforça a posição subordinada destes países no capitalismo global, assim como a superexploração da força de trabalho é agravada, também sofrendo outras determinações a partir deste processo.

Encerramos a seção de artigos com o texto de Marlon Kauã Silva Cardoso, “Subsuncão e acumulação capitalista: aportes teóricos marxistas para pensar o trabalho na Amazônia”. Nele, Cardoso se propõe a mobilizar categorias marxistas como subsuncão e acumulação capitalista para pensar os diferentes tipos de trabalho existentes na Amazônia, em contraposição às literaturas decoloniais e antropológicas, especialmente as de orientação culturalista, que apresentam o pensamento de Marx como economicista, evolucionista e eurocentrado.

Iniciando a nossa seção de Notas Críticas, Demian Melo apresenta uma resenha da obra de Alvaro Bianchi, *Fascismo e Liberalismo – Afinidades Seletivas*, lançada neste ano pela editora Boitempo. Melo aqui reflete sobre os vários usos políticos do termo “fascismo”, e a contribuição da obra de Bianchi no atual contexto de uso sem critério do conceito.

Por último, encerramos esta edição com “Educação como campo de batalha ideológico: a pedagogia marxista-leninista no Vietnã frente aos desafios do imperialismo”, de João Victor de Oliveira Villaça. Nele, o autor aponta para as disputas sobre a educação no Vietnã, analisando criticamente como o Estado vietnamita instrumentaliza a cultura escolar e a pedagogia marxista-leninista para navegar e mediar a contradição entre as demandas do desenvolvimento econômico e a preservação de seu projeto socialista.